



AMANDA CRISTINA DOS SANTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**LIDERANÇA FEMININA NO AGRONEGÓCIO: panorama
e desafios para o futuro**

Orientador: Prof. Dr. Victor Fraile Sordi

Naviraí-MS

2022



**LIDERANÇA FEMININA NO AGRONEGÓCIO:
panorama e desafios para o futuro**

AMANDA CRISTINA DOS SANTOS

RESUMO

Historicamente, o agronegócio no Brasil manteve muito forte a figura do homem à frente das atividades no campo. Uma nova compreensão do papel desempenhado pelas mulheres que atuam de alguma forma nas atividades relacionadas ao agronegócio é um dos fatores imprescindíveis para aumentar a competitividade do setor. Este estudo tem como objetivo estabelecer o panorama da liderança feminina no agronegócio brasileiro e sul-mato-grossense, assim como, identificar os desafios futuros. Para tanto, utilizou-se dados secundários do “Censo Agropecuário” de 2017, da pesquisa “Todas as Mulheres do Agronegócio” e da pesquisa “Elas Fazendo História”. Através de uma análise qualitativa e descritiva destes dados foi possível traçar o panorama sobre a temática, observar as mudanças graduais que ocorreram nos últimos anos e perceber os desafios que ainda existem para que as mulheres tenham condições mais favoráveis para exercer a liderança nos diversos empreendimentos do agronegócio.

Palavras-chave: Liderança Feminina; Liderança no Agronegócio; Desigualdade de Gênero.



1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o agronegócio no Brasil manteve muito forte a figura do homem à frente das atividades no campo. Entretanto, apesar de serem exceções à regra, algumas mulheres do passado e do presente, desempenharam e desempenham papéis importantes na direção de fazendas e negócios rurais (FRANCESCHINI, 2007). Teresa Cristina, Mariana Vasconcelos, Mariana Falcão e Eddy Elaine Tarrafel atualmente são alguns exemplos de reconhecidas lideranças femininas no agronegócio nacional (ONDEI, 2021).

A realidade pela qual essas mulheres passaram tem mudado, o papel da mulher nas atividades agrícolas, não mais se restringe à produção e comercialização de alimentos. Além do trabalho no campo, observa-se sua atuação em distintas funções ao longo das cadeias produtivas do agronegócio, inclusive em funções gerenciais e executivas. Como exemplo podemos citar a atuação feminina como executivas em empresas agroindustriais, como docentes em cursos da área do agronegócio, liderando frentes de pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e ainda, nos distintos órgãos públicos voltados às questões do agro brasileiro e mundial (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014).

Apesar das mudanças, comparativamente aos homens, as mulheres enfrentam desvantagens, tais como baixos salários no trabalho agrícola, falta de acesso à terra, falta de capital para despesas correntes, tecnologia e canais de comercialização. Outro tipo de dificuldade enfrentada pelas mulheres que atuam no setor agrícola é a divisão do trabalho (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014). Essa divisão historicamente, construiu uma estrutura em que as mulheres estavam alheias às atribuições de gestão e liderança dos negócios rurais, tanto pelo viés de gênero (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT 2014), quanto pelo poder centralizado na figura paterna (MACIEL; DOMINGUES, 2018).

Para Mourão (2011) e Karam (2004) uma nova compreensão do papel desempenhado pelas mulheres que atuam de alguma forma nas atividades relacionadas ao agronegócio é um dos fatores imprescindíveis para aumentar a competitividade do setor. O envolvimento da mulher na produção agropecuária tem significado maior desenvolvimento da economia da respectiva região e por extensão do país (VIDAL, 2011).

No entanto, percebe-se um longo caminho a ser trilhado para um cenário de maior equilíbrio entre os gêneros no agronegócio. No setor agropecuário, a exemplo de demais setores econômicos, a inserção feminina ainda se dá de maneira tímida, em 2012 apenas 13,2 % da população economicamente ativa (PEA) do gênero feminino atuavam no setor (CIELO;

WENNINGKAMP; SCHMIDT 2014). Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação feminina na gestão de propriedades rurais é de 19%. Em áreas da agropecuária, mulheres são responsáveis por encabeçar a produção de 30 milhões de hectares, que correspondem a apenas 8,5% de toda área ocupada por sítios e fazendas no país (BRASIL, 2017).

Neste sentido, este estudo tem como objetivo estabelecer o panorama da liderança feminina no agronegócio brasileiro e sul-mato-grossense, assim como, identificar os desafios futuros. Para tanto, utilizou-se dados secundários do “Censo Agropecuário” de 2017 (BRASIL, 2017), da pesquisa “Todas as Mulheres do Agronegócio” (ABAG, 2017) e da pesquisa “Elas Fazendo História” (AGROLIGADAS, 2021).

2 REVISÃO DA LITERATURA

No agronegócio assim como em outros tantos mercados, ocorre uma transformação no que tange ao mercado de trabalho e ao alcance das mulheres em cargos e atividades impensáveis em décadas anteriores (FRANCESCHINI, 2007). Para Mourão (2011) e Karam (2004), o crescimento da atuação feminina no processo decisório tanto na lavoura quanto na administração do campo, se traduz em maior poder de influência para a condução dos negócios rurais e maior destaque no cenário do agronegócio.

As explicações para essa transformação passam por vários aspectos distintos. Para Bruschini (2007) a inserção da mulher no mercado de trabalho, além das questões econômicas, também foi impulsionada por questões demográficas, tais como:

- (a) redução da taxa de fecundidade;
- (b) redução dos tamanhos das famílias;
- (c) envelhecimento da população;
- (d) maior expectativa de vida das mulheres;
- (e) acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres.

Ainda conforme a autora, aliados aos aspectos demográficos, outros fatores contribuíram para a alteração da identidade feminina no mercado de trabalho, dentre eles:

- (1) as mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher;
- (2) a expansão da escolaridade;
- (3) e o ingresso nas universidades.

No entanto, esses fatores citados por Bruschini (2007) podem impactar de maneira distinta no campo. Um dos aspectos que dificulta a inserção feminina nas atividades rurais, de acordo com Cielo, Wenningkamp e Schmidt (2014), diz respeito ao número médio de filhos por mulheres da área rural, que é muito superior ao das mulheres da área urbana: 24,5% das residentes em áreas rurais possuem seis filhos ou mais em 2011. Tal fato pode inibir o acesso das mulheres às atividades de gerenciamento da propriedade, uma vez que o tempo gasto com o cuidado dos filhos e do próprio lar, pode inviabilizar o desenvolvimento de outras atividades (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014).

Para Maciel e Domingues (2018), neste contexto familiar com maior número de filhos e maiores atribuições domésticas, quando as mulheres resolvem se dedicar à profissão, é que surgem sentimentos de culpa, na medida em que surge uma duplicidade de papéis. De um lado, é comum a mulher ser responsabilizada por cuidar dos filhos, assumindo um papel maternal e tradicional; e por outro lado, enquanto profissional, é cobrada para ser competitiva, realizadora e prática, tal qual os homens, comumente alheios às mesmas atribuições domésticas. Dessa forma, não é incomum que as mulheres possam sentir-se discriminadas por si próprias.

Existem dois paradigmas que predominam e que norteiam as análises sobre o trabalho feminino no agronegócio, sendo eles, o da interdependência e o da visão subalterna (VIDAL, 2011). O primeiro caso é vinculado às sociedades rurais menos capitalizadas e que conservam o caráter “camponês” deixando transparecer a tradicionalidade de seus sistemas produtivos sustentados pela interdependência e complementaridade de trabalhos distintos realizados por mulheres e homens nas unidades rurais.

O segundo paradigma se baseia na divisão sexualizada do trabalho, interpretada como o controle do homem sobre as capacidades da mulher com o intuito de perpetuar o desigual acesso aos meios de produção. Constituinte assim, relações de dependência do trabalho rural feminino ao padrão decidido pelo homem, seja ele cônjuge ou não (VIDAL, 2011).

Em relação ao primeiro paradigma citado, o fato de o trabalho das mulheres rurais nas atividades agropecuárias muitas vezes ser entendido como uma “ajuda”, cria obstáculos ao seu reconhecimento como agricultoras, restringindo-as a donas de casa. Muito em virtude desse cenário, as mulheres migram mais que os jovens homens (SPANVELLO et al., 2019).

Em relação ao segundo paradigma, evidencia-se desta maneira, a persistente continuidade de um viés de gênero que se faz presente nas definições de postos de trabalho, nas políticas públicas e nas responsabilidades familiares, o que pode ocasionar barreiras no campo profissional para essas mulheres, sobretudo, nas atividades relacionadas ao agronegócio

(CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT 2014).

Como já citado, tal viés também está relacionado com as estruturas familiares e patriarcais, ainda muito comuns nas áreas rurais. Historicamente, a prioridade da gestão das propriedades era dada àquele que era socialmente instituído como o responsável pela manutenção da família: o sucessor (homem). Não se transferia a gestão das terras para as mulheres, mas sim para seus irmãos, cônjuges ou filhos (CARNEIRO, 2001). As mulheres não recebiam terras como os homens quando casavam, as terras eram dadas aos seus esposos, os pais das mulheres contribuíam apenas com dinheiro (dote), que inclusive era o homem o responsável pela manutenção da família.

O dote atribuído às filhas por ocasião do casamento era uma maneira de compensá-la pela desistência da sua parte da herança em terra. Sob a justificativa de que ao se casar estaria protegida economicamente pelo cônjuge, o valor do dote era sempre inferior ao valor recebido pelos filhos como herança por exemplo (CARNEIRO, 2001).

Tal estrutura, evidentemente não será desarticulada em pouco tempo. Apesar disso, conforme supracitado, uma transformação lenta e gradual vem ocorrendo. O número de estabelecimentos geridos por mulheres cresceu 38% em 12 anos, chegando a 19% das propriedades rurais brasileiras (BRASIL, 2017).

Muitas mulheres brasileiras mesmo com dificuldades quanto à qualificação profissional, assumiram os desafios impostos pela inovação tecnológica e foram precursoras, colocando em prática saberes adquiridos com outras gerações (SPANEVELLO et al., 2019).

3 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos no presente estudo, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008), com dados secundários obtidos do “Censo Agropecuário” de 2017 (BRASIL, 2017), da pesquisa “Todas as Mulheres do Agronegócio” (ABAG, 2017) e da pesquisa “Elas Fazendo História” (AGROLIGADAS, 2021).

O Censo Agropecuário de 2017, principal e mais completa investigação estatística e territorial sobre a produção agropecuária do país, alcançou 5.073.324 estabelecimentos e 15.105.125 pessoas.

A pesquisa da ABAG de 2017, contou com a participação de 862 mulheres das cinco regiões do país, que atuam nas atividades do agronegócio antes, dentro e depois da porteira. A

pesquisa buscou contemplar os diferentes portes de propriedades e os diferentes perfis de profissionais do agronegócio brasileiro.

A pesquisa da AGROLIGADAS de 2021, contou com a participação de 408 mulheres que atuam nos diferentes segmentos do agronegócio, de norte a sul do país, com média de idade de 40 anos. A pesquisa foi híbrida com formulários eletrônicos enviados pela internet, ligações telefônicas e preenchimento de questionários face a face.

Esses dados foram analisados em conjunto, buscando a comparação contínua entre os dados coletados em campo, disponíveis no censo e nas pesquisas supracitadas, e a literatura disponível sobre o tema. A análise dos dados foi qualitativa e descritiva, apoiando-se em dados quantitativos somente para complementar a descrição do panorama encontrado.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados secundários possibilitou a descrição do panorama da liderança feminina no agronegócio brasileiro e sul-mato-grossense, assim como a identificação de desafios, preconceitos e barreiras para a liderança feminina no agronegócio.

4.1 Panorama da liderança feminina no agronegócio brasileiro e sul-mato-grossense

Conforme o Censo Agropecuário de 2017 (BRASIL, 2017), apesar do crescimento, a proporção de mulheres proprietárias de terras no país ainda é baixa, chegando aos 19%, com 946.075 estabelecimentos, ante os 4.110.450 estabelecimentos onde o proprietário é do sexo masculino, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Proporção de Mulheres Proprietárias de Terras no Brasil

	Mulheres		Homens	
	%	Nº de Estabelecimentos	%	Nº de Estabelecimentos
Brasil	19	946.075	81	4.110.450
Mato Grosso do Sul	19	13.638	81	56.832

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de BRASIL (2017).

No estado de Mato Grosso do Sul a proporção é a mesma do país, 19% dos

estabelecimentos são de proprietárias do sexo feminino (13.638 estabelecimentos), enquanto 81% são de proprietários do sexo masculino (56.832 estabelecimentos).

Tal fato, ainda é originário, conforme Franceschini (2007), da cultura de sucessão no ambiente rural, onde a mulher herdeira dificilmente tocava uma fazenda. Essa função, era muitas vezes assumida pelo marido, ou por um parente mais próximo, senão a propriedade era até vendida.

No entanto, essa cultura aos poucos está mudando. Conforme o próprio censo agropecuário de 2017 (BRASIL, 2017), houve um aumento de 38% em 12 anos, no número de estabelecimentos sob a propriedade de mulheres no país.

Outro dado importante sobre essa distribuição no estado de Mato Grosso do Sul, que dá sinais dessa mudança é que essas proprietárias de estabelecimentos rurais no estado, conforme a Tabela 2, possuem uma proporção próxima ao dobro, de jovens de até 24 anos (2,47%), e entre 25 a 34 anos (10,08%), se comparadas aos homens proprietários de estabelecimentos rurais no estado nas mesmas faixas etárias, 1,10% e 5,97%, respectivamente.

Tabela 2: Número de estabelecimentos agropecuários por sexo e idade do produtor no MS

Faixas Etárias	Nº de Mulheres	%	Nº de Homens	%
75 anos e mais	940	6,89	4.956	8,72
65 a 74 anos	1.915	14,04	10.122	17,81
55 a 64 anos	3.334	24,44	15.415	27,12
45 a 54 anos	3.259	23,89	13.800	24,28
35 a 44 anos	2.478	18,16	8.517	14,98
25 a 34 anos	1.375	10,08	3.396	5,97
até 24 anos	337	2,47	626	1,10

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de BRASIL (2017).

Na pesquisa “Todas as Mulheres do Agronegócio” (ABAG, 2017), 59,2% das entrevistadas eram proprietárias ou sócias de empreendimentos no agronegócio, conforme a Tabela 3.

Tabela 3: Posição das mulheres nos setores do Agronegócio

Posição no Setor	%
Proprietária ou sócia	59,2
Funcionária, colaboradora	30,5
Diretora, gerente, administradora, coordenadora	10,4

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ABAG (2017).

Em contrapartida, apenas 10,4% das entrevistadas eram diretoras, gerentes, administradoras ou coordenadoras destes empreendimentos. O que pode sugerir que quando não são as próprias proprietárias ou sócias desses empreendimentos rurais, a maioria delas são funcionárias e colaboradoras (30,5% das entrevistadas). Tal fato ainda pode ser resquício de uma cultura patriarcal secular, onde a divisão sexualizada do trabalho rural durante muito tempo fez com que as mulheres normalmente ocupassem uma posição de subordinação aos homens na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários, executando tarefas consideradas apenas como de ajuda, longe dos processos decisórios (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014; VIDAL, 2011).

Esse fenômeno também foi observado na pesquisa “Elas Fazendo História” (AGROLIGADAS, 2021), onde 69% são proprietárias/arrendatárias. Outro dado que apoia esse argumento, apresentado na Tabela 4, é relativo ao sexo e idade do pessoal ocupado com parentesco com o produtor rural nos estabelecimentos rurais, conforme o Censo Agropecuário de 2017 (BRASIL, 2017).

Tabela 4: Sexo e idade do pessoal ocupado com parentesco

	Homens		Mulheres	
	Nº de homens (14 anos e mais)	%	Nº de mulheres (14 anos e mais)	%
Mato Grosso do Sul	89.334	67	44.430	33
Brasil	6.931.584	65	3.665.736	35

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de BRASIL (2017).

Enquanto na questão da propriedade destes estabelecimentos as mulheres são 19%,

tanto no Brasil, quanto no estado de Mato Grosso do Sul, quando o assunto é a mão-de-obra ocupada nesses estabelecimentos, com parentesco com os proprietários, as mulheres são 35% no Brasil e 33% no Mato Grosso do Sul. Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada, e, seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles (BRUMER, 2004).

Das proprietárias participantes da pesquisa da ABAG (2017), cerca de metade (49,5%), ocupam minifúndios, seguidos por cerca de um quarto (26,1%) de ocupantes de grandes propriedades (Ver Tabela 5).

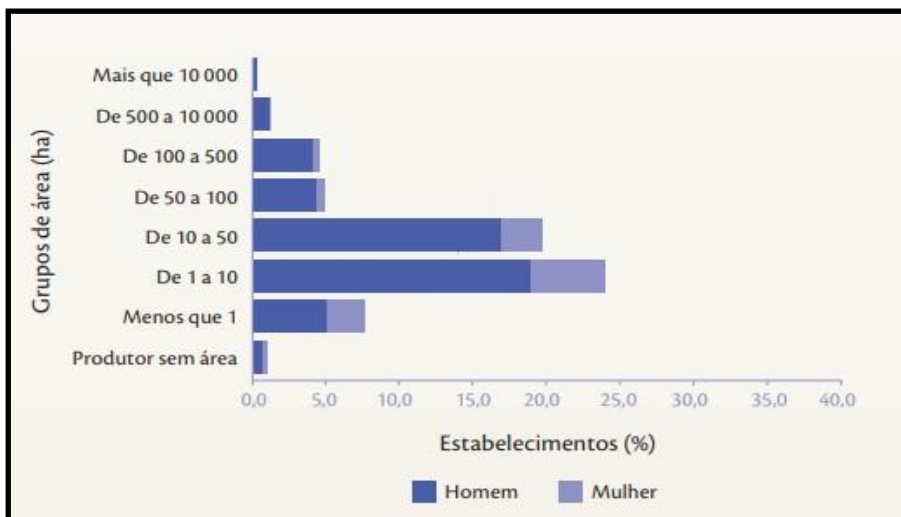
Tabela 5: Tamanho das propriedades rurais ocupadas pelas mulheres

Tamanho da propriedade	%
Minifúndio	49,5
Pequena propriedade	10,9
Média propriedade	13,5
Grande propriedade	26,1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ABAG (2017).

Conforme o Censo Agropecuário de 2017 (BRASIL, 2017), os estabelecimentos com faixa de área menor que 1 (ha) apresentam uma proporção de gênero mais equilibrada: 2 homens para 1 mulher, conforme a Figura 1. Já nas grandes propriedades, a proporção de homens é bem mais predominante que as mulheres.

Figura 1: Tamanho do estabelecimento por sexo



Fonte: BRASIL (2017).

Além deste panorama da liderança feminina no agronegócio, os resultados também possibilitaram apresentar a questão dos desafios, preconceitos e barreiras que ainda dificultam a liderança de mulheres no agronegócio.

4.2 Desafios, preconceitos e barreiras para a liderança feminina no agronegócio

De acordo com a pesquisa “Todas as Mulheres do Agronegócio” (ABAG, 2017), 44,2% das entrevistadas percebem “preconceito evidente” relacionado ao seu gênero. Outros 30%, percebem “preconceito sutil” (Ver Tabela 7).

Tabela 7: Preconceito ligado ao gênero

Preconceito com as mulheres	%
Nenhum preconceito	25,8
Preconceito sutil	30
Preconceito evidente	44,2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ABAG (2017).

O viés de gênero que se faz presente nas definições de postos de trabalho, nas políticas públicas e nas responsabilidades familiares, faz com que as mulheres enfrentem barreiras no campo profissional também no agronegócio (BRUMER, 2004).

Todavia, conforme a pesquisa da Agroligadas (AGROLIGADAS, 2021), a percepção

das mulheres do agronegócio, quanto a desigualdade de gênero, vem diminuindo. Em 2018 48% das entrevistadas concordavam plenamente que existia desigualdade de gênero, enquanto em 2021 esse número caiu para 25%. Em contrapartida, em 2018 eram 29% que de certo modo concordavam com a existência de desigualdade de gênero, enquanto em 2018 esse número foi para 39%.

A pesquisa da ABAG também questionou as entrevistadas sobre possíveis problemas de liderança quanto ao gênero (Tabela 8). A maioria sugere que não enfrentaram problemas (61,1%). Das que indicaram sofrer com algum problema de liderança por ser mulher, 11,7 % relataram que já duvidaram de seu conhecimento, 9,4% relataram não ser levadas a sério, 8,8% relataram que já duvidaram de sua capacidade de negociar e 8% relataram que já duvidaram de suas habilidades (ABAG, 2017).

Tabela 8: Problemas de liderança por ser mulher

Problemas de liderança	%
Nenhum problema	61,1
Sim, duvidaram do conhecimento	11,7
Sim, não foi levada à sério	9,4
Sim, duvidaram da capacidade de negociar	8,8
Sim, duvidaram da habilidade	8
Outros	0,9

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ABAG (2017).

Na pesquisa de Franceschini (2007), 71% das entrevistadas afirmaram que já tiveram alguma experiência de discriminação na atividade pelo fato de ser mulher. Nesse aspecto, entre as principais dificuldades apontadas por elas, estão: não serem obedecidas pelos funcionários (43%); e resistência da família quando elas manifestam interesse pelo negócio (41%).

Madruga et al. (2001) argumentam que a liderança no campo ainda possui um modelo predominante masculino. As oportunidades e as desigualdades de direitos entre mulheres e homens nas organizações é algo que pode ser notado no mundo todo e não só no agronegócio.

No entanto, essas mulheres se sentem cada vez mais preparadas para encarar esses desafios (Tabela 9). Conforme dados da ABAG, 55,5% das mulheres do agronegócio entrevistadas se sentem totalmente preparadas. 40,9% se sentem parcialmente preparadas e

somente 3,6% ainda não se sentem preparadas para atuar no ramo (ABAG, 2017).

Tabela 9: O quanto preparadas as mulheres estão para atuar no ramo

Se sentem preparadas	%
Totalmente preparada	55,5
Parcialmente preparada	40,9
Não se sentem preparadas	3,6

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ABAG (2017).

Nesse sentido, para Maciel e Domingues (2018), mesmo que ainda seja difícil para as mulheres assumir cargos de maior poder e prestígio, elas têm ampliando seu campo de atuação profissional, investindo cada vez mais em uma boa formação acadêmica, tentando alcançar, com isso, maiores e melhores oportunidades no mercado.

Cedo ou tarde, elas conseguirão maior força e representatividade no setor, sendo este um processo normal, mesmo com resistências. O agronegócio conviverá com a presença das figuras femininas liderando vários tipos de atividades (FRANCESCHINI, 2007).

Em síntese, os resultados do estudo revelam que os desafios, preconceitos e barreiras para a liderança feminina no agronegócio ainda persistem, resultantes de uma cultura histórica que não irá mudar de uma hora para outra. Mas que os avanços são contínuos e que as mulheres estão se preparando cada vez mais para exercer a liderança no setor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo estabelecer o panorama da liderança feminina no agronegócio brasileiro e sul-mato-grossense, assim como, identificar os desafios futuros. Por intermédio de uma pesquisa bibliográfica com dados secundários obtidos do “Censo Agropecuário” de 2017 (BRASIL, 2017), da pesquisa “Todas as Mulheres do Agronegócio” (ABAG, 2017) e da pesquisa “Elas Fazendo História” (AGROLIGADAS, 2021), foi possível traçar o panorama sobre a temática, observar as mudanças graduais que ocorreram nos últimos anos e perceber os desafios que ainda existem para que as mulheres tenham condições mais favoráveis para exercer a liderança nos diversos empreendimentos do agronegócio.

A mulher ainda sofre com preconceito no setor e tem a sua competência colocada à

prova a todo instante. Duvidam de seu conhecimento, da sua capacidade e de suas habilidades, não são levadas a sério, possuem dificuldades em serem obedecidas pelos funcionários e sofrem com resistência da família quando elas manifestam interesse pelo negócio. Elas são proprietárias de apenas 19% dos estabelecimentos rurais.

No entanto, no passado esses problemas já foram mais intensos. Observa-se, na percepção das próprias mulheres que atuam no agronegócio, que elas se sentem mais preparadas para liderar, que a percepção de desigualdade de gênero vem diminuindo e que mais mulheres estão assumindo propriedades agrícolas.

Para acelerar esse processo, além de políticas públicas visando educar os homens e mulheres do campo quanto à necessidade de se modificar a cultura paternalista, será também preciso que as próprias mulheres, que já ocupam posições de liderança, lancem outras mulheres a essas posições, deixando de perpetuar a mesma cultura ao qual historicamente foram expostas. Estudos que se aprofundem em ações que visem equilibrar essas relações de gênero no agronegócio são essenciais para avanços mais profundos nessa questão, assim como para o desenvolvimento do agronegócio sul-mato-grossense e brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. **Todas as mulheres do agronegócio**. 2017. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/sumario-pesquisa-mulheres-do-agro-2017-compressed.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022

AGROLIGADAS. **Elas fazendo história**. 2021. Disponível em: https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Ebook_Agroligadas_final.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2022

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 205-227, 2004.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 22-55, 2001.

CIELO, Ivanete Daga; WENNINGKAMP, Keila Raquel; SCHMIDT, Carla Maria. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel-Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**-ISSN 2177-4153, v. 12, n. 1, p. 59-77, 2014.



ONDEI, Vera. Lista Forbes das 100 Mulheres Poderosas do Agro. **Forbes Agro**, 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2021/10/100-mulheres-poderosas-do-agro/?msclkid=5481d0cad0b911ec9cd0743c046f2dae>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

FRANCESCHINI, Adélia. A integração das mulheres no agronegócio. **Agroanalysis**, 2007. p. 7-10.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2008.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Rev. Estudos Feministas**. v. 12, n. 1, Florianópolis, jan/abr, 2004.

MACIEL, Cecilia Alves; DOMINGUES, Carlos Roberto. A Percepção de Mulheres sobre a Presença Feminina no Agronegócio. In: EGEN - ENCONTRO DE GESTÃO E NEGÓCIOS, 3., 2018, Uberlândia. **Anais [...]**. Mg: Egen, 2018. v. 1, p. 605-620. Disponível em: <http://www.egen.org.br/content/percep%C3%A7%C3%A3o-de-mulheres-sobre-presen%C3%A7a-feminina-no-agroneg%C3%B3cio>. Acesso em: 17 set. 2021.

MOURÃO, P. Organizações Produtivas de Mulheres Rurais. **Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura**, IICA: São Paulo, julho 2011.

SPANVELLO, Rosani Marisa et al. Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no âmbito da Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 48, p. 250-265, 2019.

VIDAL, D. de L. Fator trabalho no manejo rural no semiárido nordestino, Brasil. **Archivos de zootecnia**, v. 60, n. 232, p. 1137-1148, 2011.